

PROJETO DE LEI

: 01-0215/1998 DE 1998

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0215/1998 DE 02/04/98

PROMOVENTE: VEREADOR

TONINHO PAIVA

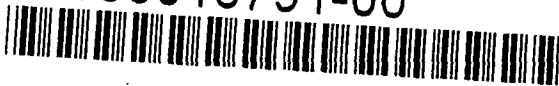
E M E N T A:

CRIA A FUNDAÇÃO INTERLAGOS, DESTINADA A GERIR O PATRIMÔNIO DO AUTODROMO JOSE CARLOS PACCE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
28/10/2010 12:30:11

00000015791-00



ARQUIVADO EM

25 de 98

CHEFE DE SESSAO

Maria Luísa de S. Torres
Chefe de Seção Técnica - Assessoria



22

Folha n.º	01	de pres.
n.º	215	de 1998

Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete Vereador Toninho Paiva

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE 02 ABR 1998
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI

01 - PL
01-0215/1998

Cria a Fundação Interlagos, destinada a gerir o patrimônio do Autódromo José Carlos Pace, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica criada a “Fundação Interlagos” destinada a gerir o patrimônio do Autódromo Municipal José Carlos Pace, com personalidade jurídica de direito público, a qual se regerá por esta Lei e por estatutos aprovados por decreto.

Art. 2º - A “Fundação Interlagos” será dotada de orçamento próprio, com as seguintes fontes de custeio:

- I - dotação que lhe seja consignada, anualmente, no orçamento municipal;
- II - as subvenções que lhe venham a ser atribuídas;
- III - as doações, auxílios, contribuições, patrocínios ou investimentos que venha a receber;

SEÇÃO DE REVISÃO
DT. 10 -

COPIA
ARQUIVO
DATA
ASSINATURA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) _____ (s) rubri-
cado(s) sob n.º 223 _____
n.º 41714 98 21 Ed



Folha n.º	02	de pres.
n.º	215	de 1998

Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete Vereador Toninho Paiva

- IV - as receitas próprias, decorrentes de serviços prestados;
- V - a renda de seus bens patrimoniais;
- VI - o rendimento de aplicações financeiras sobre saldos disponíveis.

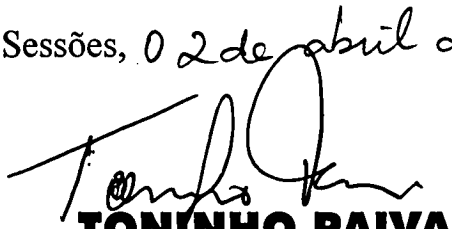
Art. 3º - São órgãos superiores da Fundação, o Conselho Curador e a Diretoria, cujas constituições e atribuições serão regulamentadas em decreto.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º - As despesas para execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de abril de 1998.


TONINHO PAIVA
Vereador



Folha n.º	03	de pça.
n.º	215	de 1998

CDP

Câmara Municipal de São Paulo

J U S T I F I C A T I V A

A propositura tem por objetivo criar a Fundação Interlagos, visando gerir fundos para o Autódromo José Carlos Pacce.

Esta providência ensejará que tudo o que for arrecadado pelo uso daquela unidade esportiva municipal seja a ela revertido.



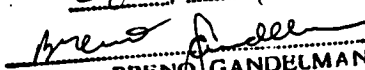
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n° 04

do processo n° 215 de 19..... 98 06 04 98 (a) Adelina

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 06-04-98

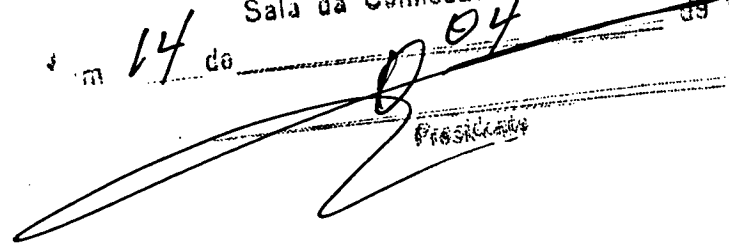

ADELINA CICONI
Reg. 100.406
ATM

A Com. de Const. e Justiça
08/109/98

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 8.4.98 às 17.50 hrs.


DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

Membro Vereador Roberto Tripoli
para relatar.
Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 14 de 04 de 98


PRESIDENTE

Acrescento Vereador Ademir + AYO
para relatar.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 12 de Dez de 19 99

[Assinatura]
Presidente

SEGUE..... juntado..... nesta data,..... documento..... e papel para informação, rubricado.....

sob folha..... n.º 05

Em 06.04.99

(a) m



Folha n.º 05 do proc.
N.º 215 de 1998
O funcionário Pm

Câmara Municipal de São Paulo

PL 215/98
05/04/99

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, que visa criar a "Fundação Interlagos", destinada a gerir o patrimônio do Autódromo Municipal José Carlos Pacce, com personalidade jurídica de direito público, a qual se regerá por esta lei e por estatutos aprovados por decretos.

A propositura interfere diretamente na organização administrativa, eis que as fundações criadas pelo Poder Público integram a administração indireta e são vinculadas às Secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade. (art. 80, parágrafo único, da Lei Orgânica)

Assim sendo, o projeto viola o art. 37, § 2º, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que reserva ao Sr. Prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre organização administrativa.

Ilegal, portanto, o projeto.

Raimundo Batista
Assessor Técnico Legislativo
(Juri)

Luiz Eduardo de S. S. Thiago
Assessor Técnico Legislativo
Chefe Substituto

Encaminhe-se em 12/04/99

Roberto Tripoli-Presidente

De acordo para emissão de relatório

Em ____/____/____

Relator

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 1.2 billion to 1.5 billion. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.7 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.7 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.7 billion by the year 2015.

[illegible][illegible]

1. *Confidentiality* – The information that is collected, stored, and used by the system is confidential and should be protected from unauthorized access.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SFQUE justado nesta data PROB. FALTA DE FOLHA rubricado sob

folha n.º 06 / 03 / 05 / 99 a 10ili



PUBLIQUE-SE EM

Folha nº 06, do proc.
Nº. 215 de 19 98
O funcionário *Wili*

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR

16-0257/1999

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 215/98.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, que visa criar a "Fundação Interlagos", destinada a gerir o patrimônio do Autódromo Municipal José Carlos Pacce, com personalidade jurídica de direito público, a qual se regerá por esta lei e por estatutos aprovados por decretos.

A propositura interfere diretamente na organização administrativa, eis que as fundações criadas pelo Poder Público integram a administração indireta e são vinculadas às Secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade. (art. 80, parágrafo único, da Lei Orgânica)

Assim sendo, o projeto viola o art. 37, § 2º, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que reserva ao Sr. Prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre organização administrativa.

Por vício de iniciativa, que é insanável, somos

PELA ILEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça 27/04/99.

17 - RELCOM
17-0095/1999

pk/pl0215-8

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 01 05 99.

pagina 37 coluna 3º

Cometido: *leilão*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A. A. T. M.

Em, 03/05/99

M
Marlene S. de Oliveira

Secretária de Administração
O presente documento tem por objeto a publicação de edital de licitação para a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção e conservação do patrimônio material do Ministério da Justiça, sob o regime de preço global, com base no item 1º do Edital de Licitação nº 001/99, de 01/05/99, publicado no Diário Oficial da União de 01/05/99.

A proposta de preço global para a prestação dos serviços de manutenção e conservação do patrimônio material do Ministério da Justiça, sob o regime de preço global, com base no item 1º do Edital de Licitação nº 001/99, de 01/05/99, publicado no Diário Oficial da União de 01/05/99, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Assim sendo, o presente edital de licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação dos serviços de manutenção e conservação do patrimônio material do Ministério da Justiça, sob o regime de preço global, com base no item 1º do Edital de Licitação nº 001/99, de 01/05/99, publicado no Diário Oficial da União de 01/05/99.

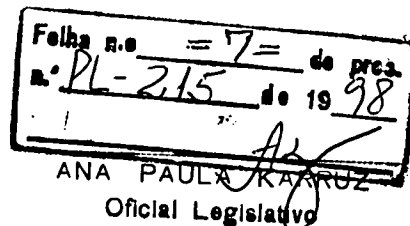
Por isso, a licitação é de caráter obrigatório.

PAULA H. FERRAZ

Secretária de Administração

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUI, juntado nos autos *pagar a informação*
folha n.º 77 *documento* 04.05.1999 rubricado sob *12*

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

São Paulo, 03 de maio de 1999

MEMO 033/99 - A T M

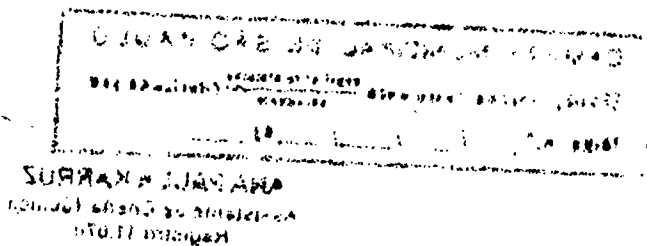
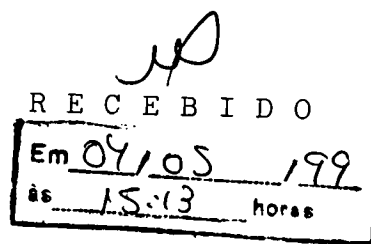
Ao Nobre Vereador
TONINHO PAIVA:

O PL 215/98, de sua autoria, será tido como **REJEITADO** em virtude de Parecer **PELA ILEGALIDADE** emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, cabendo, entretanto, **RECURSO AO PLENÁRIO**, no prazo **de 30 (trinta) dias**, conforme disposto no art. 79 do Regimento Interno.

Atenciosamente,

BRENO GANDELMAN
Assessor Técnico Legislativo Chefe – Subst.
ATM

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Vereador: TONINHO PAIVA
Viaduto Jacareí, 100 - S/ 1113-11º And.
CER: 01388-900 - São Paulo - SP



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, juntado neste data	pagos p/ informação	rubrica do sub
folha n.º = 8	14	06
99		

ANA PAULA KARRUZ
Assistente de Chefe Técnica
Registro 11.070



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha nº = 8 =
do processo n.º PL-215 de 19 98 14 06 99 (a) ANA PAULA KARRUZ
Assistente de Chefe Técnica
Registro 11.070

Ao DT.94
Senhora Chefe:

Devido a ausência de recurso do autor, solicito arquivar o presente projeto.

14.06.99


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legislat. Chefe - Subst.
ATM

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	<u>- 8 -</u> fls.
Arquivo em	<u>15.06.99</u>
O Func.º	<u>Samir</u>
BENVINDO DANILO L. CARVALHO	
Assist. Parlamentar	
Reg. n.º 101.258	

SEGUE _____ juntado _____ nesta data, _____ documento _____ e papel para informação, rubricado _____
sob folha _____ n.º _____

Em _____ / _____ / _____

(a) _____